

**Demonstrações  
Financeiras**

**31 de dezembro de 2018**

**Companhia Hidrelétrica Teles Pires**

## Sumário

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS .....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9

### NOTAS EXPLICATIVAS:

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS .....	22
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	23
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	24
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR .....	25
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS.....	25
9. IMOBILIZADO.....	27
10. INTANGÍVEL .....	28
11. FORNECEDORES .....	28
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	29
13. USO DO BEM PÚBLICO (UBP).....	30
14. ENCARGOS SETORIAIS .....	31
15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	31
16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	31
17. OBRIGAÇÕES DE MEIO AMBIENTE.....	33
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	34
19. RECEITA LÍQUIDA.....	34
20. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA .....	36
21. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	36
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	36
23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	37
24. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	38
25. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO.....	40
26. SEGUROS.....	41



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Hidrelétrica Teles Pires  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

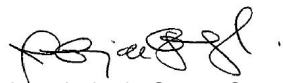
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## Outros assuntos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de janeiro de 2018 sem modificação.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <b>(Reclassificado)</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.351	29.643
Contas a receber de clientes	6	106.791	99.614
Impostos e contribuições a recuperar	7	24.763	37.604
Despesas pagas antecipadamente		2.587	2.563
Outros ativos circulantes		<u>37</u>	<u>2.569</u>
<b>Total do circulante</b>		<b><u>161.529</u></b>	<b><u>171.993</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	36.155	75.114
Impostos e contribuições a recuperar	7	18	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	208.740	194.605
Depósitos judiciais	16	62.188	58.829
Imobilizado	9	4.472.461	4.631.820
Intangível	10	<u>129.609</u>	<u>134.236</u>
<b>Total do não circulante</b>		<b><u>4.909.171</u></b>	<b><u>5.094.604</u></b>
<b>Ativo total</b>		<b><u>5.070.700</u></b>	<b><u>5.266.597</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>(Reclassificado)</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	64.297	81.861
Empréstimos e financiamentos	12	159.213	139.663
Salários e encargos a pagar		2.266	2.284
Encargos setoriais	14	13.562	15.863
Impostos e contribuições a recolher	15	12.384	18.602
Obrigações de meio ambiente	17	55.294	69.045
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	13	10.526	9.974
Outros passivos circulantes		2.422	2.712
<b>Total do circulante</b>		<b>319.964</b>	<b>340.004</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	2.417.310	2.526.580
Encargos setoriais	14	1.539	-
Provisões para contingências	16	266.121	239.440
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	13	152.153	149.676
Outros passivos não circulantes		71	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.837.194</b>	<b>2.915.696</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		2.464.790	2.388.683
Prejuízos acumulados		(551.248)	(377.786)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.913.542</b>	<b>2.010.897</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido total</b>		<b>5.070.700</b>	<b>5.266.597</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>(Reclassificado)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	19	772.602	823.482
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS</b>		<u>(687.545)</u>	<u>(773.648)</u>
Custo com energia elétrica	20	(493.189)	(572.443)
Custo de operação	21	(194.356)	(201.205)
<b>Lucro bruto</b>		85.057	49.834
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	21	<u>(16.080)</u>	<u>(16.421)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>68.977</u>	<u>33.413</u>
Receitas financeiras	22	9.235	19.763
Despesas financeiras	22	<u>(265.809)</u>	<u>(281.980)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(187.597)</u>	<u>(228.804)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>14.135</u>	<u>79.749</u>
Diferido	8	14.135	79.749
<b>Prejuízo do período</b>		<u>(173.462)</u>	<u>(149.055)</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>			
Ordinária		(0,07)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(173.462)	(149.055)
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos</b>	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<u>(173.462)</u>	<u>(149.055)</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>		
Ordinária	(0,07)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>2.376.947</b>	<b>(40.106)</b>	<b>(228.731)</b>	<b>2.108.110</b>
Aumento de capital	11.736	(11.736)	-	-
Capital Integralizado (nota 18)	-	51.842	-	<b>51.842</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(149.055)	<b>(149.055)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.388.683</b>	<b>-</b>	<b>(377.786)</b>	<b>2.010.897</b>

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>2.388.683</b>	<b>-</b>	<b>(377.786)</b>	<b>2.010.897</b>
Aumento de capital (nota 18)	172.484	(172.484)	-	-
Capital Integralizado (nota 18)	-	76.107	-	<b>76.107</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(173.462)	<b>(173.462)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.561.167</b>	<b>(96.377)</b>	<b>(551.248)</b>	<b>1.913.542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reclassificado)
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Prejuízo do exercício	(173.462)	(149.054)
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>414.026</b>	<b>353.366</b>
Depreciação e amortização	169.979	170.184
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e outras receitas financeiras	221.535	245.790
Resultado na alienação de ativo imobilizado/intangível	185	1.985
Reversão (provisão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.765)	(11.079)
Atualização de títulos e valores mobiliários	32.446	25.695
Atualização das provisões para contingências	(1.765)	(8.950)
Provisão de juros sobre uso do bem público	11.546	9.490
Impostos diferidos	(14.135)	(79.749)
	<b>240.564</b>	<b>204.312</b>
<b>(Aumento) redução de ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(7.177)	(6.848)
IR e CSLL a recuperar	16	2.991
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	12.807	-
Depósitos judiciais	(3.359)	20.325
Despesas pagas antecipadamente	(24)	(1.444)
Outros ativos	2.532	(1.538)
	<b>4.795</b>	<b>13.486</b>
<b>Aumento (redução) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(17.564)	(375)
Salários e encargos a pagar	(18)	-
Encargos de dívidas pagos	(180.593)	(185.798)
Obrigações do meio ambiente	(13.751)	(14.905)
Encargos setoriais	(762)	(1.978)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(6.218)	(2.715)
Uso do bem público	(8.517)	(8.251)
Outros passivos	(219)	723
	<b>(227.642)</b>	<b>(209.343)</b>
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	<b>17.717</b>	<b>8.455</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.178)	(8.201)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	40.724	76.967
<b>Caixa gerado nas atividades de investimento</b>	<b>34.546</b>	<b>68.766</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	76.107	51.842
Captação de Empréstimos e financiamentos	1.541	2.402
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(132.203)	(129.315)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(54.555)</b>	<b>(75.071)</b>
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.292)</b>	<b>2.150</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.643	27.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.351	29.643
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.292)</b>	<b>2.150</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires (doravante denominada “Companhia” ou “CHTP”) com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 04 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seus contratos de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 07 de junho de 2011, foi firmado o contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº 02/2011 (doravante designado “Contrato de Concessão”), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires (“UHE Teles Pires”) passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 07 de junho de 2014, a Companhia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires, nos municípios de Parnaíba, Estado de Mato Grosso, e Jacareacanga, Estado do Pará. Como retribuição pela outorga da Concessão, a Companhia está pagando à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração de aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 5.515, a partir, da operação comercial da 1ª UG ou a início da entrega de energia do objeto do CCEAR, o que ocorrer antes, até o 35º ano de concessão, atualizado anualmente pelo IPCA.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de uso do bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost Of Capital - WACC*). O Ativo Intangível (Nota Explicativa 10), vem sendo amortizado, desde o apto a operar da 1ª UG, de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período (Nota Explicativa 13).

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

## **COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A CHTP enviou ofícios para a ANEEL, solicitando o apto das Unidades Geradoras (“UG”) 01 (10 de janeiro de 2015), 02 (10 de março de 2015), 03 (30 de abril de 2015), 04 (01 de agosto de 2015) e 05 (03 de agosto de 2016). Os aptos foram obtidos em 30 de abril de 2015 para as UG01, UG02 e UG03, em 06 de agosto de 2015 para a UG 04 e 06 de agosto para a UG 05.

Em 03 de agosto e 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.103, liberando as unidades geradoras UG03, UG04 e UG05, de 364 MW de potência instalada cada da UHE Teles Pires, localizada nos municípios de Jacareacanga, estado do Pará, e Paranaíta, estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa CHTP, para início da operação comercial a partir de 04 de agosto de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível no sistema.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 551.248 (377.786 em 31 de dezembro de 2017), sendo o prejuízo de R\$ 173.462 (149.055 em 31 de dezembro de 2017) referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2018 e capital circulante líquido negativo de R\$ 158.435. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 9 e 10), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 8).

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 25 de Estimativa a valor justo.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vide nota explicativa nº 18;
- (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 24;
- (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 16.
- (iv) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 8

#### 2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

##### a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

##### (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável, no reconhecimento inicial, para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

##### Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

#### Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o prazo dos fluxos de caixa;
- termos que podem ajustar a taxa de cupom contratual, incluindo recursos de taxa variável;
- dispositivos de pré-pagamento e extensão de prazos; e
- termos que limitam a Companhia a reclamar fluxos de caixa de ativos especificados (exemplo: dispositivos de não recurso).

Um dispositivo de pré-pagamento é consistente com os pagamentos exclusivos de principal e juros, caso o valor do pré-pagamento representar, substancialmente, valores não pagos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que podem incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Adicionalmente, para um ativo financeiro adquirido com um desconto ou prêmio ao seu valor nominal contratual, um recurso que permita ou requeira o



## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

pagamento antecipado em um montante que represente substancialmente o valor nominal contratual mais os juros contratuais acumulados e não pagos, que também podem incluir compensação por rescisão antecipada, é tratado como consistente com este critério, caso o valor justo da característica de pré-pagamento não for significativo no reconhecimento inicial.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
  - mantidos para negociação; ou
  - designado ao VJR.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. A Companhia também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### (iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **b) Análise do valor de recuperação dos ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

#### **d) Impairment de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômicas ou legais onde a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticadas no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizada pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para todo seu ativo os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### **e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

#### **f) Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)**

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

#### **h) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

#### **i) Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### **2.6 Principais mudanças nas políticas contábeis**

#### **I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)**

Aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma requer que a Companhia reconheça receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### III - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento

#### 2.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

##### (i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção das IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (a) Imóveis não residenciais para utilização de escritórios administrativos;
- (b) Terrenos nos quais estão instaladas as torres de transmissão.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 12.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	3.807	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	3.807

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);</li><li>• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;</li><li>• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;</li><li>• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;</li><li>• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017;</li><li>• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.</li></ul>	1º de janeiro de 2019
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> ) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> )	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar de sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i> )	Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.	1º de janeiro de 2019

# COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o prejuízo líquido do exercício.

#### 3.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

Balanço Patrimonial	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
<b>Ativo Circulante</b>	<b>171.993</b>		-	<b>171.993</b>
Caixa e Equivalentes de caixa	15.682	(a)	13.961	29.643
Títulos e valores mobiliários	13.961	(a)	(13.961)	-
Outros ativos circulantes	142.350		-	142.350
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>5.094.604</b>		-	<b>5.094.604</b>
Outros ativos não circulantes	5.094.604		-	5.094.604
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.266.597</b>		-	<b>5.266.597</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>340.004</b>		-	<b>340.004</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.915.696</b>		-	<b>2.915.696</b>
Empréstimos e financiamentos	2.526.580		-	2.526.580
Outros passivos não circulantes	389.116		-	389.116
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.010.897</b>		-	<b>2.010.897</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>5.266.597</b>		-	<b>5.266.597</b>

(a) Reclassificações dos saldos de Títulos e valores mobiliários (ativo circulante) para Caixa e equivalente de caixa.



## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 3.2 Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2017

	Ref	31/12/2017		
		(Apresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita Líquida	(a)	866.743	(43.261)	823.482
Custo dos Serviços e custo de operação	(a)	(816.924)	43.276	(773.648)
Despesas gerais e administrativas		(16.406)	(15)	(16.421)
Resultado Financeiro		(262.217)	-	(262.217)
Impostos		79.749	-	79.749
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(149.055)</b>	<b>-</b>	<b>(149.055)</b>

- (a) Reclassificação das Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes R\$ 5.056 e R\$ 38.253 e R\$ (48) referente a receitas diversas anteriormente classificadas em custo e despesas administrativas.

#### 3.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2017 (Apresentado)	Reclassificações	31/12/2017 (Reclassificado)
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(228.804)	228.804	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(149.054)	(149.054)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	433.115	(79.749)	353.364
Redução (aumento) dos ativos operacionais	13.480	-	13.480
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(209.342)	-	(209.342)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	68.772	-	68.772
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(75.071)	-	(75.071)
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.150</b>	<b>-</b>	<b>2.150</b>

- (a) Reclassificação dos saldos do Lucro Líquido do exercício antes dos impostos para Lucro Líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e Aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	6	4
Fundos de investimento (nota 3.1)	27.345	29.639
	<b>27.351</b>	<b>29.643</b>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<u>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	25.583	15.035
Títulos públicos	1.066	626
Outros	27	17
	<u>26.676</u>	<u>15.678</u>
<b>Bradesco FI RF Referenciado DI Recife (nota 3.1)</b>		<b>(Reclassificado)</b>
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	669	13.961
	<u>        </u>	<u>        </u>
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<u><b>27.345</b></u>	<u><b>29.639</b></u>

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>			
Não circulante			
Fundo de investimento - BB polo	(a)	36.155	75.114
		<u>36.155</u>	<u>75.114</u>

- (a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Valor depositado em garantia somente será realizado ao final do pagamento das parcelas.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>143.130</b>
Aplicações	37.245
Resgates	(114.211)
Remuneração	8.950
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>75.114</b>
Aplicações	28.877
Resgates	(69.601)
Remuneração	1.765
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>36.155</b>

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Terceiros	52.278	32.566
Partes relacionadas (nota 22)	54.513	67.048
<b>Total</b>	<u><b>106.791</b></u>	<u><b>99.614</b></u>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda - IR	(a)	6.828	9.686
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	6.492	3.650
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		19	-
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social - PIS/COFINS		11.440	20.886
Outros		<u>2</u>	<u>3.382</u>
		<u>24.781</u>	<u>37.604</u>
Circulante		24.763	37.604
Não circulante		18	-

(a) O montante de IRPJ e CSLL correspondem a IRRF sobre resgate de aplicações financeiras e retenções na fonte ocorridas sobre Nota Fiscal no recebimento de órgãos públicos.

#### 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Diferido ativo	208.740	194.605
<b>Total</b>	<u>208.740</u>	<u>194.605</u>

##### (I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	<u>Ativo</u>			
	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	583.771	145.943	539.436	134.859
Diferenças temporárias	<u>30.170</u>	<u>7.543</u>	<u>32.932</u>	<u>8.233</u>
	613.941	153.486	572.368	143.092
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	583.771	52.539	539.436	48.549
Diferenças temporárias	<u>30.170</u>	<u>2.715</u>	<u>32.932</u>	<u>2.964</u>
	613.941	55.254	572.368	51.513
<b>Total</b>		<u>208.740</u>		<u>194.605</u>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As bases de cálculo dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias são compostas como segue:

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	23.525	23.525	26.287	26.287
Provisão PLR	743	743	743	743
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.902	5.902	5.902	5.902
Prejuízo fiscal	583.771	583.771	539.436	539.436
<b>Total ativo</b>	<b>613.941</b>	<b>613.941</b>	<b>572.368</b>	<b>572.368</b>

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura de sua controlada e do mercado que as mesmas operam.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

2021	2022	2023	Após 2023	Total
18.720	8.428	16.287	165.305	208.740

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(187.597)	(187.597)	(228.804)	(228.804)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(187.597)</b>	<b>(187.597)</b>	<b>(228.804)</b>	<b>(228.804)</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>(46.899)</b>	<b>(16.884)</b>	<b>(57.201)</b>	<b>(20.592)</b>
<b>Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo</b>	<b>9.733</b>	<b>3.504</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(517)</b>
Diferenças permanentes	9.043	3.255	4	1
Incentivos fiscais e outros	690	249	(1.443)	(518)
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(37.166)</b>	<b>(13.380)</b>	<b>(58.640)</b>	<b>(21.109)</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	26.773	9.638	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(10.393)</b>	<b>(3.742)</b>	<b>(58.640)</b>	<b>(21.109)</b>
Diferido	(10.393)	(3.742)	(58.640)	(21.109)
	<b>(10.393)</b>	<b>(3.742)</b>	<b>(58.640)</b>	<b>(21.109)</b>
Alíquota efetiva	5,54%	1,99%	25,63%	9,23%

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**9. IMOBILIZADO**

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	2,34%	102.386	(12.126)	90.260	93.567
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33%	2.431.288	(283.985)	2.147.303	2.225.949
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38%	1.357.503	(161.080)	1.196.423	1.240.948
Máquinas e equipamentos	3,44%	1.154.417	(131.180)	1.023.237	1.062.026
Veículos	14,29%	752	(388)	364	614
Móveis e utensílios	9,24%	260	(150)	110	130
		5.046.606	(588.909)	4.457.697	4.623.234
<b>Em curso</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.333	-	2.333	574
Máquinas e equipamentos		9.692	-	9.692	6.593
Veículos		383	-	383	361
Móveis e utensílios		555	-	555	117
Outros		1.801	-	1.801	941
		14.764	-	14.764	8.586
Total		5.061.370	(588.909)	4.472.461	4.631.820

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de eventuais provisões para perda do valor recuperável e depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação em conformidade com a vida útil estimada dos bens.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	5.038.404	(258.138)	4.780.266	10.955	4.791.221
Adições	102	-	102	8.082	8.184
Baixas	(14)	-	(14)	(1.971)	(1.985)
Depreciação	-	(165.600)	(165.600)	-	(165.600)
Transferências	8.480	-	8.480	(8.480)	-
Saldos em 01 de janeiro de 2018	5.046.972	(423.738)	4.623.234	8.586	4.631.820
Adições	-	-	-	6.178	6.178
Baixas	(366)	225	(141)	-	(141)
Depreciação	-	(165.396)	(165.396)	-	(165.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.046.606	(588.909)	4.457.697	14.764	4.472.461

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 10. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
Direito de uso da concessão	3,13%	146.412	(16.820)	129.592	134.191
Direito de uso de software	27,25%	-	-	-	28
Total		146.412	(16.820)	129.592	134.219
<b>Em curso</b>					
Direito de uso de software		17	-	17	17
		146.429	(16.820)	129.609	134.236

A movimentação do intangível é como segue:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	146.456	(7.653)	138.803	-	-	138.803
Adições	-	-	-	17	17	17
Amortizações	-	(4.584)	(4.584)	-	-	(4.584)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	146.456	(12.237)	134.219	17	17	134.236
Baixas	(44)	-	(44)	-	-	(44)
Amortizações	-	(4.583)	(4.583)	-	-	(4.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	146.412	(16.820)	129.592	17	17	129.609

#### 11. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica	12.423	25.359
Terceiros	7.322	25.359
Partes relacionadas	5.101	-
Encargos de uso da rede	43.015	42.728
Terceiros	41.358	40.983
Partes relacionadas (nota 23)	1.657	1.745
Materiais e serviços	8.859	13.774
Terceiros	8.859	13.774
Total	64.297	81.861

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Dívida</u>	<u>Dívida</u>
<b>Moeda Nacional</b>		
BNDDES	2.576.523	2.666.243
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>2.576.523</b>	<b>2.666.243</b>
Moeda Nacional - Circulante	159.213	139.663
Moeda Nacional - Não Circulante	2.417.310	2.526.580
<b>Endividamento Total</b>	<b>2.576.523</b>	<b>2.666.243</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	<u>Passivo</u>	<u>Não</u>	<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>136.801</b>	<b>2.596.363</b>	<b>2.733.164</b>
Ingressos	-	2.402	2.402
Encargos	-	245.790	245.790
Transferências	317.975	(317.975)	-
Amortizações de principal	(129.315)	-	(129.315)
Pagamento de juros	(185.798)	-	(185.798)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>139.663</b>	<b>2.526.580</b>	<b>2.666.243</b>
Ingressos	-	1.541	1.541
Encargos	221.535	-	221.535
Transferências	110.811	(110.811)	-
Amortização de principal	(132.203)	-	(132.203)
Pagamento de juros	(180.593)	-	(180.593)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>159.213</b>	<b>2.417.310</b>	<b>2.576.523</b>

A seguir apresentamos as captações do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexadores</u>	<u>Valor Captado</u>
<b>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</b>			
Financiamento BNDDES	15/02/2036	TJLP	1.541
<b>Taxa média</b>		<b>TJLP + 2,02%%</b>	<b>1.541</b>

Os vencimentos das parcelas à longo prazo são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>
	<u>Dívida</u>
2020	151.558
2021	151.558
2022	151.558
2023	151.558
2024	151.558
Acima 2025	1.659.520
<b>Total Obrigações</b>	<b>2.417.310</b>

**Total**

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O contrato de cessão estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá, após a divulgação das demonstrações financeiras anuais, dobrar os recursos aplicados nas Contas Reservas do Serviço da Dívida, de forma a manter o montante equivalente a 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida. A partir de 27 de fevereiro de 2017, a Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida por fiança bancária, até 30 de abril de 2019. Em 26 de dezembro de 2017, o BNDES e Banco do Brasil aprovaram a prorrogação da manutenção das fianças bancárias até 30 de abril de 2019.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%

#### 13. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de junho de 2014, a Companhia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A companhia recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de junho de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.



## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos a mutação do “UBP”:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>158.411</b>
Atualização monetária	4.499
Ajuste a valor presente	4.991
Pagamentos	<u>(8.251)</u>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>	<b><u>159.650</u></b>
Atualização monetária	6.600
Ajuste a valor presente	4.946
Pagamentos	<u>(8.517)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>162.679</u></b>
Circulante	10.526
Não circulante	152.153

#### 14. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	583	771
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.742	7.550
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.485	7.204
Ministério de Minas e Energia - MME	292	338
<b>Total</b>	<b><u>15.102</u></b>	<b><u>15.863</u></b>
Circulante	13.563	15.863
Não circulante	1.539	-

#### 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Programa de Integração Social - PIS	1.622	2.580
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.492	11.910
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	341	199
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	91	57
Imposto sobre Serviços - ISS	139	22
Impostos e contribuições retidos na fonte	730	354
Outros	<u>1.969</u>	<u>3.909</u>
<b>Total</b>	<b><u>12.384</u></b>	<b><u>19.031</u></b>

#### 16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências		Total
	Trabalhistas	Cíveis	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>2.361</b>	<b>222.463</b>	<b>224.824</b>
Baixa/Reversão	(124)	(10.955)	(11.079)
Atualização	172	25.523	25.695
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>2.409</b>	<b>237.031</b>	<b>239.440</b>
Baixa/Reversão	(343)	(5.422)	(5.765)
Atualização	310	32.136	32.446
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.376</b>	<b>263.745</b>	<b>266.121</b>

#### a) Provisões para processos judiciais

##### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2018 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

##### Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública (“ACP”) no que tange à parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 121.636 em 31 de dezembro de 2018 (R\$113.952 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m..

##### **Claim do Consórcio Construtor**

Trata-se de processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado a pedido do Consórcio Construtor Teles - (“CCTP”) contratado na modalidade de *turn-key* para a construção da UHE Teles Pires.

O pedido refere-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo “CCTP”, referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;
- Pleito da linha de transmissão.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ainda serão realizadas perícias técnicas na arbitragem. Do pleito de custo extra estimado pela CCTP, a Administração da Companhia, com base em parecer elaborado pelo escritório de advocacia que acompanha a arbitragem, estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizam o valor histórico de R\$ 87 milhões, sendo R\$ 173.809 mil corrigidos até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 151.725 mil em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2016, o valor corrigido foi registrado em contrapartida ao ativo imobilizado.

#### **Fiscais**

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária conforme autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda - SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 69.581 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 37.067 em 31 de dezembro de 2017).

#### **b) Depósitos judiciais**

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	134	79
Cíveis	<u>62.054</u>	<u>58.750</u>
Total	<u>62.188</u>	<u>58.829</u>

## **17. OBRIGAÇÕES DE MEIO AMBIENTE**

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental - PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	<b><u>Provisões Ambientais</u></b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>83.950</b>
Baixa/Reversão	(14.905)
Atualização	-
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>	<b>69.045</b>
Baixa/Reversão	(13.751)
Atualização	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>55.294</b>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 2.464.790 (2.388.683 em 31 de dezembro de 2017), representando ações ordinárias.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2017, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 11.736, com a emissão de 11.736.000 ações. Durante o exercício de 2017, foram integralizados R\$ 51.842 (R\$ 51.376 pela Teles Pires Participação e R\$ 466 pela Neoenergia S.A).

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2018, 10 de dezembro de 2018 e de 20 de dezembro de 2018, foram aprovadas os aumentos de capital no valor de R\$ 73.269 mil, 21.357 mil e 77.858 respectivamente, com emissão de 73.269.000 ações, 21.357.000 ações e 77.858.000 ações. Durante o exercício de 2018, foi integralizado o valor de R\$ 76.107.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está apresentada conforme abaixo descrito:

Acionistas	31/12/2018			31/12/2017		
	Lote de mil ações			Lote de mil ações		
	Ações ordinárias			Ações ordinárias		
	Única	%	Capital social Integralizado	Única	%	Capital social Integralizado
Teles Pires Participações S.A	2.442.607	99,10%	2.442.607	2.367.185	99,10%	2.367.185
Neoenergia S.A.	22.183	0,90%	22.183	21.498	0,90%	21.498
Total	2.464.790	100%	2.464.790	2.388.683	100%	2.388.683

##### Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação para os exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no prejuízo do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(173.462)	(149.054)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	2.398.350	2.387.879
<b>Prejuízo do exercício / Total de ações</b>	<b>(0,07)</b>	<b>(0,06)</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o prejuízo diluído por ação é o mesmo.

#### 19. RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Segue a composição da receita líquida por natureza, segmento, região geográfica e suas deduções:

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Ref.	Segmentos	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
<b>Principais receitas</b>			
Fornecimento de energia elétrica		911.639	964.151
Outras receitas		1.451	50
<b>Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo</b>		<b>913.090</b>	<b>964.201</b>
(-) Deduções da receita líquida	(i)	(140.488)	(140.719)
<b>Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo</b>		<b>772.602</b>	<b>823.482</b>

	Região geográfica						Total	
	31/12/2018					Total		31/12/2017
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste			
<b>Principais receitas</b>								
Fornecimento de energia elétrica	91.164	45.582	136.746	45.582	592.565	911.639	964.151	
Outras receitas	-	-	-	-	1.451	1.451	50	
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>91.164</b>	<b>45.582</b>	<b>136.746</b>	<b>45.582</b>	<b>594.016</b>	<b>913.090</b>	<b>964.201</b>	
(-) Deduções da receita bruta						(140.488)	(140.719)	
<b>Total da Receita Operacional Líquida</b>	<b>91.164</b>	<b>45.582</b>	<b>136.746</b>	<b>45.582</b>	<b>594.016</b>	<b>772.602</b>	<b>823.482</b>	

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento Renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia.

#### i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Impostos e contribuições</b>		
PIS	(15.043)	(15.909)
COFINS	(69.290)	(73.276)
<b>Encargos Setoriais</b>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.747)	(8.225)
Outorga da concessão pela utilização do bem público - CFURH	(43.747)	(38.253)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(4.661)	(5.055)
<b>Total</b>	<b>(140.488)</b>	<b>(140.719)</b>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 20. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		(Reclassificado)
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>		
Energia adquirida contrato bilateral	(211.170)	(245.805)
Energia curto prazo - MRE	(10.332)	(21.881)
Energia curto prazo - PLD	(16.707)	(66.562)
Créditos de PIS e COFINS	20.060	31.677
Taxa CCEE	(655)	(766)
<b>Total</b>	<b><u>(218.804)</u></b>	<b><u>(303.337)</u></b>
<b><u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u></b>		
Encargos de rede básica	(299.671)	(296.385)
Encargos de conexão	(140)	(136)
Créditos de PIS e COFINS	25.426	27.415
<b>Total</b>	<b><u>(274.385)</u></b>	<b><u>(269.106)</u></b>
<b>Total de Custos com Energia Elétrica</b>	<b><u>(493.189)</u></b>	<b><u>(572.443)</u></b>

#### 21. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
<u>Custos/Despesas</u>	<u>Custos dos serviços</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(8.460)	(2.761)	(11.221)	(12.476)
Administradores	-	(3.300)	(3.300)	(2.689)
Material	(617)	(189)	(806)	(2.454)
Serviços de terceiros	(8.265)	(6.887)	(15.152)	(14.210)
Uso do bem público - UBP	(4.946)	-	(4.946)	(4.991)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível	-	(185)	(185)	(1.985)
Depreciação e amortização	(169.799)	(180)	(169.979)	(170.183)
Arrendamentos e aluguéis	(155)	(218)	(373)	(365)
Tributos	(97)	(1.832)	(1.929)	(1.293)
Provisões líquidas - contingências	1.653	252	1.905	55
Outras (despesas)/receitas operacionais	(3.650)	(800)	(4.450)	(7.036)
<b>Total custos/despesas</b>	<b><u>(194.356)</u></b>	<b><u>(16.080)</u></b>	<b><u>(210.436)</u></b>	<b><u>(217.626)</u></b>

#### 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Receitas Financeiras</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Renda de aplicações financeiras	4.426	18.002
Atualização de depósitos judiciais	2.933	1.184
Variações monetárias	637	448
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(485)	(1.098)
Outras receitas financeiras	1.724	1.227
<b>Total</b>	<b><u>9.235</u></b>	<b><u>19.763</u></b>
<b><u>Despesas Financeiras</u></b>		
Encargos de dívidas	(221.535)	(245.790)
IOF	(515)	(1.031)
Encargos P&D/PEE	(431)	(575)
Atualização provisão para contingências	(29.356)	(21.219)
Provisão de juros / ajuste a valor presente do Uso do Bem Público	(11.546)	(9.490)
Outras despesas financeiras	(2.427)	(3.876)
<b>Total</b>	<b><u>(265.809)</u></b>	<b><u>(281.980)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(256.574)</u></b>	<b><u>(262.217)</u></b>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

### 23.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		Vencimento
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
<b>Receita/ (Custo) de Energia Elétrica</b>						
NC ENERGIA	(a)	14.600	25.254	174.535	177.213	Indeterminado
FURNAS	(a)	9.464	12.135	110.824	96.823	Indeterminado
ELETROSUL	(a)	9.464	12.135	106.577	109.591	Indeterminado
COELBA	(b)	7.440	7.326	62.668	65.145	2018
CELPE	(b)	2.899	2.726	23.892	25.082	2018
ELEKTRO REDES	(b)	1.985	1.818	16.649	16.719	2018
CEAL	(b)	1.103	1.372	11.682	12.200	2018
ELETROACRE	(b)	1.817	2.997	20.886	21.769	2018
CEPISA	(b)	-	666	5.776	5.850	2018
COSERN	(b)	640	619	4.955	5.167	2018
		<b>49.412</b>	<b>67.048</b>	<b>538.444</b>	<b>535.559</b>	
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CCT)</b>						
FURNAS	(c)	(1.138)	(1.274)	(44.138)	-	2046
AFLUENTE T	(c)	(30)	-	(342)	-	2046
SE NARANDIBA	(c)	(4)	-	(37)	-	2046
POTIGUAR SUL	(c)	(32)	-	(311)	-	2046
ELETROSUL	(c)	(453)	(471)	(17.080)	-	2046
		<b>(1.657)</b>	<b>(1.745)</b>	<b>(61.908)</b>	<b>-</b>	
<b>Serviços Administrativos</b>						
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	-	-	(375)	-	2020
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(e)	-	-	(402)	-	2020
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(777)</b>	<b>-</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>47.755</b>	<b>65.303</b>	<b>475.759</b>	<b>535.559</b>	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
- Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
- Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;
- Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais.
- Contrato referente a consultoria de serviços de engenharia.

#### 23.1 Remunerações da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 30 de abril de 2018, teve como proposta o montante de até R\$ 3.563 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até 31 de dezembro de 2018 o montante pago foi de R\$ 3.089, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração recorrente	2.798	2.241
Benefício de curto prazo	291	223
<b>Total</b>	<b>3.089</b>	<b>2.464</b>

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 24. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

##### a) Considerações gerais e políticas internas

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

##### b) Gestão de risco de mercado

###### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Atualmente todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

##### c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto a desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de recursos financeiros, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 27.345 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

31/12/2018								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	2.576.523	4.580.885	347.117	339.001	330.103	321.026	311.719	2.931.920
Fornecedores	64.297	64.297	64.297	-	-	-	-	-



## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

##### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	27.351	29.643
Títulos e valores mobiliários	36.155	75.114
Contas a receber de clientes	106.791	99.614

#### e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos investimentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todos os outros variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	63.500	992	244	490
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(2.576.523)	(57.532)	(11.240)	(22.480)

## 25. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo;

**Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

**Nível 3** - Ativos ou passivos cujos preços não observáveis.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Nível (*)	31/12/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>					
Caixa e Equivalente de caixa		170.297	170.297	129.257	129.257
Títulos e Valores a receber		27.351	27.351	29.643	29.643
Contas a receber de clientes	2	36.155	36.155	75.114	75.114
		106.791	106.791	99.614	99.614
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	2.803.499	803.499	2.832.639	2.832.639
Empréstimos e financiamentos	2	64.297	64.297	81.861	81.861
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	2	2.576.523	2.576.523	2.666.243	2.666.243
		162.679	162.679	159.650	159.650

(\*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### Métodos e técnicas de avaliação

##### i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

#### 26. SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada (R\$)</u>	<u>Prêmio (R\$)</u>
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2019	50.000	82
Veículos	13/06/2019	100% da tabela FIPE-USP	36
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2019	1.800.000	2.638

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

---

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES  
**Presidente**

**Titulares**

Fabiano Uchoas Ribeiro  
Hugo Renato Anacleto Nunes  
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto  
Werdine Machado  
Rogério Bonini Ruiz

**Suplentes**

José Paulo Werberich  
Mariane Carvalho Medeiros  
Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva  
Almir Galvani Coutinho  
Tomé Aumary Gregório

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Ana Graciela Granato  
**Diretora Administrativa Financeira e de  
Coordenação**

Idebrando Martins  
**Diretor Técnico**

**CONTADORA**

Vivian Paim Lopes  
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

FABIANO UCHOAS RIBEIRO

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO

ROGERIO BONINI RUIZ

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires relativas ao exercício social findo em 31.12.2018.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

Ana Graciela Granato  
**Diretora Administrativa Financeira e de Coordenação**

Ildebrando Martins  
**Diretor Técnico**